

O individual, o coletivo e o ipê



» EDUARDO BESSA
Professor da Universidade
de Brasília e pesquisador da
Rede Biota Cerrado

A cena poderia ser trivial para uma tarde de domingo de agosto em Brasília. À beira de uma avenida explodia em exuberância amarela um ipê contra o céu azul e um horizonte que já começava a ganhar tons de anoitecer. Como era de se esperar, ao redor havia carros estacionados, muita gente e câmeras disparando.

Além do volume de flores, aquele ipê tinha um atrativo a mais porque elas todas já começavam a formar seus cachos desde baixo, à altura das mãos até dos mais pequeninos que rodeavam a árvore. Nos planejamos em família para ir especificamente àquele ipê porque as flores baixas permitiam uma foto mais horizontal, sem termos que olhar para baixo e fotografar a inevitável papada sob o pescoço. Só que ela estava perfeita para algo mais.

Quando chegamos mais perto do fotogênico ipê, próximo a um mercado no Lago Norte, notamos entre o público um senhor muito satisfeito, tesoura de poda em punho, escolhendo os melhores ramos para cortar e levar para casa.

A novidade, que seria um sonho, virava um pesadelo medonho. Nem havia paradoxo entre poetas e esfomeados ali. Éramos todos poetas, a

diferença é que a poesia de alguns era inclusiva, coletiva. A do dito senhor era excludente, individual. Para a poesia explodir em exuberância amarela na casa dele, ela necessariamente deixaria de brindar a todos os demais que o queriam nas fotografias.

E não tem sido essa a tônica de muitos dos nossos dilemas? Para que eu tenha o meu transporte individual, seguro e à minha disposição a qualquer hora, relego mais gás carbônico à atmosfera e mais trânsito ao coletivo. Para eu ter o meu banho longo e relaxante preservado, relego ao coletivo a preocupação com os níveis dos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria. Ô, mundo tão desigual!

No caso do ipê, o desfecho foi positivo, embora não sem alguma animosidade. A turma da fotografia começou a protestar cada vez mais enfaticamente. Aproveitaram que já estavam com a função câmera à mão e transformaram os celulares em instrumento de justiça, registrando o flagrante do que alguns alegavam ser crime ambiental. O da tesoura ignorou todos os protestos femininos que o cercavam, mas quando um rapaz claramente assíduo na musculação o interpelou, ele magicamente se deu por convencido.

Intimidada, a tesoura de poda se fechou e foi embora com os ramos que já havia subtraído.

As flores dos ipês são fugazes. Vêm e vão em poucos dias como um esforço desesperado da planta de, pelo menos, deixar descendentes, caso a seca dure mais do que elas possam suportar. Aqueles galhos que, despidos de suas folhas, pareciam mortos e secos, reúnem suas

forças para produzir flores coloridas em profusão, néctar para atrair as abelhas polinizadoras e reservas energéticas nas sementes para o início da vida de suas descendentes.

Esse néctar e essas sementes ainda são profusamente pilhados, já que muitos animais se alimentam do néctar sem prestar esse serviço da polinização. É comum vemos estridentes grupos de periquitos se saciando do líquido açucarado durante essas floradas. Da mesma forma, formigas comem sementes de ipê aos montes, de forma que só uma porcentagem do esforço reprodutivo das plantas resulta em descendentes.

Por esse esforço ser tamanho, as árvores não conseguem mantê-lo por muito tempo. As flores logo murcham, caem ao chão e a vida retoma seu ritmo normal. Se as flores nas árvores já duram pouco, imagine então arrancadas do pé! A poesia do ipê podado seria fugaz como um Haikai. Quando voltam as chuvas, a planta torna a produzir folhas que sintetizarão energia para que elas cresçam, sobrevivam e se preparem para a próxima seca e a próxima florada. Nesse período, o ipê que deu todas aquelas flores passará despercebido, reformulando sua poesia até o agosto seguinte.

Da mesma forma, nossa capacidade de mobilização existe e está latente em nós. Somos capazes de identificar injustiças e podemos lutar para os direitos coletivos sobressaírem às vantagens individuais. Vai ser bonito ver isso desabrochando de onde menos esperávamos, como uma florada de ipês num agosto qualquer.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



A blusinha virou cabo eleitoral



» LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO
Vice-presidente da ANFIP
Nacional, auditor fiscal da
Receita Federal aposentado e
mestre em direito tributário

Chamaram de “taxa das blusinhas”, mas a tal blusinha pode ser um tênis, um relógio, um celular, um cosmético, um utensílio doméstico ou qualquer produto comprado no exterior. Um tributo sobre pequenas importações ganhou um nome simpático, fácil de lembrar. “Imposto de Importação sobre remessas internacionais de pequeno valor” seria sério demais; “taxa das blusinhas” cabe perfeitamente em um palanque ou nas redes sociais. A cobrança de 20% para compras de até US\$ 50 entrou em vigor em agosto de 2024, no Programa Remessa Conforme.

Agora a história ganhou outra dimensão. Em maio deste ano, o governo editou a Medida Provisória nº 1.357/2026, zerando o Imposto de Importação para compras internacionais de até US\$ 50. A medida depende do Congresso para se tornar permanente. E foi aí que a inocente blusinha descobriu uma nova profissão: virou cabo eleitoral. “Eu fui contra a taxa das blusinhas!” “Eu votei para acabar com a taxa das blusinhas!” “Eu defendo o consumidor e quero a blusinha sem imposto!” São frases simples e compreensíveis. O calendário também ajuda: a propaganda eleitoral começou em 16 de agosto, quando o Congresso se

prepara para analisar a medida. Se a MP não for aprovada, a cobrança poderá voltar, talvez perto do primeiro turno. Temos os ingredientes de uma boa novela eleitoral: imposto, consumidor, Congresso, indústria e votos. A blusinha pede registro de candidatura.

Por trás da piada existe uma questão tributária séria. Comprar no exterior envolve tributos, frete, câmbio, logística, plataformas e margens comerciais. O Imposto de Importação também é instrumento de política comercial. A empresa brasileira paga impostos, salários, encargos, energia, transporte e cumpre normas sanitárias e regulatórias. Do outro lado está o produto estrangeiro, muitas vezes fabricado com custos menores. A competição pode ser livre, mas não necessariamente justa.

A indústria defendeu que a tributação reduzia essa assimetria. Estudo divulgado pela CNI estimou que a medida teria preservado 135,8 mil empregos e mantido R\$ 19,7 bilhões circulando na economia. Plataformas de comércio eletrônico, por outro lado, contestaram esses efeitos. Quando os estudos divergem, o consumidor olha para a carteira. E há ainda os Correios: em 2024, a empresa registrou R\$ 3,902 bilhões de receita bruta no segmento internacional; em 2025, foram R\$ 1,344 bilhão, queda de 65,6%. O Relatório da Administração da Estatal relaciona a retração às mudanças regulatórias. A discussão, portanto, envolve consumidores, indústria, empregos, comércio, plataformas, arrecadação e até uma empresa pública.

A pergunta é: se o Imposto de Importação foi zerado, quanto o consumidor realmente economizará? Reduzir imposto não significa

automaticamente reduzir preço na mesma proporção. Pode haver frete, câmbio, logística e margem de lucro. A margem de lucro, aliás, tem uma capacidade extraordinária de resistir às reduções tributárias. Por isso, se a “taxa das blusinhas” virou cabo eleitoral, será preciso cobrar do cabo eleitoral aquilo que se cobra de qualquer candidato: resultado. Não basta dizer que a blusinha ficará mais barata; é preciso verificar quanto ficou mais barata e quanto da redução chegou ao consumidor.

Não precisamos transformar a discussão em guerra entre imposto bom e ruim. O consumidor merece preços menores, a indústria precisa competir e o Estado precisa arrecadar para financiar serviços públicos. O desafio é encontrar equilíbrio. Tributar demais pode encarecer produtos; tributar de menos pode colocar empresas brasileiras em competição desigual, prejudicando investimentos, produção e empregos. A pergunta correta, portanto, não é apenas “vai ter imposto?”, mas “qual sistema tributário permite ao consumidor comprar barato sem destruir quem produz no Brasil?”

Se a retirada do imposto reduzir os preços, ótimo. É preciso comparar o preço antes e depois e saber quem ficou com a diferença. Em ano eleitoral, a blusinha pode ser barata para quem compra, valiosa para quem vende e valiosíssima para quem pede voto. Se o imposto desaparecer, o voto for pedido e a blusinha continuar custando quase a mesma coisa, o eleitor poderá perguntar ao cabo eleitoral: “Companheiro, onde foi parar o meu desconto?” Afinal, a conta do mês não compra blusinha. E essa, até agora, ninguém prometeu reduzir.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A ONU de guardiã da paz a palanque ideológico

Quando as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial se reuniram em São Francisco, em 1945, para fundar a Organização das Nações Unidas, o mundo saía de duas experiências traumáticas: a carnificina do conflito mais mortal da história e o fracasso retumbante da Liga das Nações, incapaz de conter o expansionismo totalitário que levou à guerra. A promessa era clara e sedutora: nunca mais permitir que rivalidades entre Estados degenerassem em barbárie generalizada, e criar um foro onde a diplomacia, e não as armas, resolvesse as disputas entre nações. Oitenta anos depois, é preciso perguntar, sem meias-palavras, se essa promessa não se converteu, mais uma vez, em uma fábula distante da realidade que a organização produz hoje, diante de um mundo cada vez mais belicoso.

A ONU que conhecemos em 2026 pouco se parece com aquela concebida por Roosevelt, Churchill e seus contemporâneos. O organismo, que deveria pairar acima das disputas ideológicas para atuar como árbitro neutro, tornou-se, quem haveria de prever, para uma parcela crescente de governos e opinião pública ao redor do mundo, um instrumento capturado por pautas identitárias, por uma burocracia internacional simpática a regimes autoritários e por maiorias automáticas, que usam a Assembleia Geral para condenar repetidamente uma única democracia do Oriente Médio, Israel, enquanto tratam com passividade e certa cumplicidade silenciosa, regimes que patrocinam abertamente o terrorismo, reprimem minorias étnicas e religiosas ou mantêm campos de reeducação em pleno século 21.

Não é exagero notar que, ano após ano, resoluções contra Israel se acumulam no Conselho de Direitos Humanos e na Assembleia Geral em número desproporcional a qualquer outro conflito do planeta, incluindo guerras civis com centenas de milhares de mortos. Coordenadores especiais da ONU produzem relatórios que, aos olhos de muitos observadores, abandonam qualquer pretensão de equilíbrio e se aproximam do vocabulário usado por organizações abertamente hostis ao Estado judeu. Enquanto isso, grupos armados classificados como organizações terroristas por dezenas de países encontram, em determinados fóruns e agências da ONU, um espaço de legitimação política que jamais deveriam ter obtido de um organismo que se apresenta como guardião da lei internacional.

Essa distorção nasceu como fruto de décadas de captura institucional por uma agenda que muitos críticos, sobretudo nos Estados Unidos e em outras democracias ocidentais, descrevem como “globalismo”: a ideia de que estruturas supranacionais devem se sobrepor à soberania das nações, ditando normas culturais, sociais e econômicas a governos eleitos democraticamente. A isso se soma a infiltração de pautas identitárias, como o chamado “wokismo” em agências técnicas que deveriam se ocupar de saúde, alimentação ou desenvolvimento, e que hoje dedicam parte crescente de seus recursos e de sua retórica a temas de gênero, identidade e ativismo cultural, muitas vezes, à revelia das prioridades e dos valores de boa parte dos países-membros que financiam a instituição.

Washington, historicamente o maior financiador do sistema ONU, tem manifestado de forma cada vez mais aberta sua irritação com o que passou a enxergar como um foro sequestrado pela esquerda internacional. Cortes expressivos de verbas, a saída de agências específicas e o boicote a determinados relatórios e conferências são sintomas de uma desconfiança que deixou de ser marginal e se tornou política de Estado, atravessando diferentes administrações. Quando a maior potência do mundo, responsável por parcela substancial do orçamento da organização, decide que não vale mais a pena sustentar integralmente uma estrutura que julga ter perdido a bússola traz como informação um sintoma de crise terminal de credibilidade.

Os defensores da ONU argumentam que o organismo ainda cumpre algumas funções insubstituíveis: coordena respostas a emergências, distribui ajuda humanitária em zonas de guerra, monitora acordos de não proliferação nuclear e oferece, ainda que de forma imperfeita, um espaço onde adversários geopolíticos conseguem ao menos conversar sem recorrer às armas.

É verdade também que a Assembleia Geral reflete hoje a vontade da maioria de seus 193 membros, e que boa parte do mundo em desenvolvimento vê nas críticas americanas e ocidentais um esforço de recolonização discursiva, uma tentativa de calar vozes do Sul Global que finalmente encontraram um microfone. Esses contrapontos merecem ser registrados, porque um debate honesto não pode se resumir a acusações unilaterais. Mas eles não dissolvem o problema central: uma instituição concebida para ser imparcial não pode se dar ao luxo de parecer, para metade do mundo, uma extensão de determinada corrente ideológica.

A frase que foi pronunciada:

"Se as Nações Unidas admitirem que as disputas internacionais podem ser resolvidas pelo uso da força, teremos destruído o fundamento da organização e nossa melhor esperança de estabelecer uma ordem mundial."

Dwight D. Eisenhower

História de Brasília:

Assim, Mazzola e Sormani, considerados italianos pelas leis do país amigo e integrando a seleção peninsular no Campeonato do Mundo, da qual não poderão participar a não ser como cidadãos italianos, preferiram outra nacionalidade, adquiriram outra nacionalidade por “naturalização voluntária”, pois essa expressão, como se viu, abrange a ligação posterior, voluntária, qualquer que seja, a outro Estado. (Publicada em 25.05.1962)